



Por uma outra estratégia: análise sobre jovens internos, consumo cultural e os *medias*¹

Cecilio Ricardo de Carvalho BASTOS²

Carla Conceição da Silva PAIVA³

Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

Resumo

Este estudo é resultado de uma investigação científica sobre os efeitos em jovens da influência do consumo dos *medias* junto à carência de aparato cultural, considerando tais comportamentos e estruturas como fatores pontencializadores e interrelacionados com as situações de conflito com a lei. Para tanto, desenvolveu-se uma análise sobre a vida de adolescentes em estágio de reabilitação na cidade de Juazeiro-BA, problematizando os processos de subjetivação desses e os níveis de conexões que se concentram na relação consumo cultural, *medias* e violência. Assim, de maneira geral, foi possível promover uma leitura ampla sobre as consequências dos valores vinculados nas mensagens disseminadas pelo universo midiático e a ineficiência de um equipamento cultural conscientizador no cotidiano de jovens em conflito com a lei.

Palavras-chave: jovens; cárcere; *medias*; subjetividade; cultura.

Introdução

A violência infanto-juvenil passou a ser um problema nacional e, para além das condições formais que os governos buscam criar para lidar com esta, constitui-se um universo multifacetado de interesses e opiniões. Regularmente, de modo tardio e pouco eficaz, a sociedade tem, a seu jeito, construído um distanciamento e lhe atribuído diferentes sentidos, revelando um debate fragmentado e sem maiores aprofundamentos dos problemas.

Nesse contexto, percepções culturais e valores impostos pela ordem do capital, geralmente, se posicionam em um segundo plano (BARBERO, 2005). Como exemplo, constantemente é descartada uma perspectiva mais ampla sobre o mercado: a concepção de que se trata de um lugar onde operacionam interações sociais e simbólicas. Um espaço em que o consumo não representa apenas um movimento de satisfação ou

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, na sub-área temática de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Estudante de Graduação 9º. semestre do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo em Múltiplos Meios da UNEB, email: cecilioricardo@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora Mestra do Departamento de Ciências Humanas da UNEB, email: ccspaiva@gmail.com.



apropriação de bens do indivíduo, mas significa, também, o acesso às artes, à informação transmitida pelas diversas mídias, entre elas, os impressos de todos os tipos, as mídias eletrônicas e as digitais (MORIN, 2005).

Em vias contrárias, diversos estudos apontam relações intrínsecas ao conflito com a lei dos jovens: baixa renda, desigualdade, nível de escolaridade, desestrutura familiar, industrialização, urbanização etc. No entanto, não há uma preocupação em se produzir discursos que apontem outros fatores responsáveis para o aumento do número de adolescentes envolvidos com delitos. Em primeira instância, não se leva em consideração, com a devida clareza, os processos comunicativos da sociedade.

A comunicação, intrínseca à condição humana, mais do que um fato, é uma necessidade do social, um evento no qual os indivíduos intercambiam práticas e reflexões comuns a determinada atividade, construindo, por conseguinte, um processo de humanização (BERLO, 1997). Curiosamente, esquecemos que a interação social e cultural da humanidade só é possível pela existência de diversos mecanismos de comunicação, como a fala, a escrita, a difusão de símbolos universalizantes etc, e não tão somente pela existência de veículos de comunicação de massa. Um fenômeno que pode ser explicado pelo surgimento e formação de uma indústria massiva e que condiciona os indivíduos dentro de um modelo de produção.

A Revolução Tecnológica do século XX, sem dúvida, não poupou a natureza humana das mudanças, tanto pessoais quanto sociais. O advento da energia elétrica, junto com a eletrônica e a portabilidade cada vez mais crescente das máquinas e instrumentos, que ganhavam precisão, velocidade e alcance, possibilitou o desenvolvimento de condições novas e favoráveis ao intenso aparecimento e vulgarização dos signos, alimentando e transfigurando o “homem massa”. A industrialização da mensagem se disseminou rápido pelas nações, conseguindo dominar e controlar diversas áreas. Assim, a comunicação de massa ganhou força e tomou conta da distribuição de valores, idéias e informações, numa heterogeneidade de saberes que ora cria, ora desmancha vínculos sociais.

Consequentemente, negligencia-se, também, o dimensionamento da produção e o consumo cultural, principalmente, quando regidos por essa indústria. A mensagem massiva, cada vez mais construída em regime industrial, conjuga com a organização das empresas, se planeja e se estrutura a partir das atividades privadas. Isto quer dizer que o signo está para uma coletividade que gera lucro e mantém a indústria (BARBERO, 2005). O problema é como os signos atingem os indivíduos, dissolvendo-os enquanto



massa, intercambiando uma enorme quantidade de informações e mantendo-os em inércia. Uma questão ainda mais problemática em relação às crianças e adolescentes⁴ e como elas absorvem este cenário.

Seres vulneráveis e em construção psicossocial, as crianças e adolescentes, normalmente, são “engolidos” pela indústria e, dessa forma,

(...) devido à atual confluência da sofisticada tecnologia da mídia eletrônica e a glorificação do consumismo, está ficando cada vez mais difícil propiciar um ambiente que encoraje a criatividade e o pensamento original nas crianças. Elas são atacadas com os barulhos da publicidade e com as coisas que ela vende do momento em que despertam até a hora de dormir. O tempo e o espaço para suas próprias idéias e suas próprias imagens, para interações sem pressa com texto e ilustrações diminui a cada sucesso de filmes e programas infantis - inevitavelmente acompanhados por uma série de brinquedos, livros, vídeos e roupas relacionados (LINN, 2006, p. 90).

Em se tratando de crianças e adolescentes, indivíduos em estágio de formação, a concepção de uma identidade passiva é bastante discutida. As crianças, principalmente, são capazes de desenvolver medos profundos e grandes ódios a partir das suas necessidades e experiências, emergindo de si próprias fantasias violentas e comportamentos cruéis sem a devida noção dos padrões construídos de maldade. Nesse enlace, o cuidar assume outra operacionalidade, isto é, aquela que retira da criança e do adolescente a individualidade e determina como lidar com os meios de produção. Com práticas engessadas e interesses econômicos, a construção da cultura infanto-juvenil passa pelas vias da burocracia e condiciona, nas consciências da juventude, que são os outros que dispõem e organizam o tempo, definem o que ela deve fazer e como deve proceder. Um processo onde se inserem, até mesmo, as instituições educacionais quando, responsáveis pela formação crítica do homem, desconsideram discursos outros e diferenças inerentes às diversidades das origens socioeconômicas (GIDDENS, 2002).

Nessa conjugação de operacionalidade, não existe uma política capaz de dotar as pessoas dos recursos que permitam a apropriação sistemática e universal dos signos culturais. Apesar dos diversos argumentos que apontam para a necessidade de se estruturar a construção e manutenção de manifestações culturais com vistas nos processos de desenvolvimento e integração social, as exigências do consumo cultural continuam prometendo conforto em troca da escravidão diária do trabalho, da redução do lazer, da alienação econômica, da supressão de liberdade, da diluição da identidade

⁴ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.



(ADORNO & HORKHEIMER, 1985). Essa ecologia representa a busca infinita do indivíduo àquilo que nem mesmo sabe o que é – porque já está ausente de si - mas acredita que encontrando irá diminuir a tensão interna. Logo, é na condição do homem moderno que a indústria cultural se apóia, isto é, na medida em que o indivíduo se sente incapaz de lidar com os desejos e anseios, cai na busca incessante da felicidade através das mais diversas práticas, dentro de um sistema que determina os modos de sustento, impõe regras, normas, valores e, em tempo, cria a demanda que o próprio aparelho civilizatório se compromete a satisfazer.

Assim, entender como os meios de comunicação de massa consomem os jovens ou como, de fato, a cultura de massa contribui para implantar modos de subjetivar que degradam a integridade, tanto física como psíquica, do indivíduo em formação, tornam-se eixos essenciais no momento da construção dos rumos sociais. Até porque, como explicitado, são processos primários para a constituição das ações do indivíduo que não merecem ser sucumbidos em prol de uma manutenção de valores mercantis.

Por conseguinte, este estudo, realizado em Juazeiro/BA, se propôs a analisar outros fatores responsáveis para o aumento do número de jovens envolvidos com delitos na cidade. Entre eles, o dilaceramento da criatividade juvenil, que tem se configurado e reconfigurado através das redes econômicas e pseudo-educacionais. Buscando estabelecer interpretações para o fenômeno do elevado número de casos judiciais envolvendo jovens, esta pesquisa desenvolveu-se problematizando a influência do consumo dos *medias*⁵, junto a uma carência de aparato cultural, enquanto fatores interrelacionados com situações de conflito com a lei, na vida de crianças e adolescentes em estágio de reabilitação na cidade de Juazeiro-BA.

Percurso metodológico

Esta pesquisa, pela natureza dos seus objetivos, se constituiu através de interconexões efetivas entre teorias da comunicação, subjetividade e consumo entre jovens em situação de conflito com a lei; pesquisa de campo; e análise de suas práticas socioculturais, utilizando procedimentos que partiram desde as pesquisas bibliográficas,

⁵ Vocábulo latino que em português significa meios. Neste artigo, um estudo na área de comunicação social, o termo carrega acepção de comunicação de massa.



atuação participativa no universo estudado, até a composição de entrevistas com os indivíduos que compreendem esta análise, nas suas mais diversas instâncias. Assim, paulatinamente, a base conceitual e experiências encontradas convergiram num processo de intercâmbio dialético, que possibilitou identificar conexões na relação do jovem em situação de conflito com a lei, *medias* e carência de aparato cultural.

A diversificação da amostra, isto é, a escolha de um certo número de pessoas bem diferenciadas (familiares, amigos, conhecidos etc.), mas dentro de uma base comum, garantiu a possibilidade de analisar de forma ampla a quase totalidade de aspectos a serem observados em cada indivíduo. Todavia, este estudo não trabalhou com amostragem estatística, uma vez que não era de interesse traçar um perfil do jovem desta região, mas sim selecionar um grupo de indivíduos que atendessem aos critérios estabelecidos. A lógica de seleção tomou como referência informações previamente obtidas quanto ao modo de existência e as condições em que ocorria a subjetividade do jovem que cumpria medida. Logo, houve uma previsão de critérios qualitativos que permitiram, com a menor dificuldade possível e em tempo hábil, desenvolver e alcançar uma análise lógica do universo infanto-juvenil, assim como uma noção da ineficiência dos aparatos culturais que remetem a processos de integração, nesta região do Vale do São Francisco.

Junto às práticas etnográficas, da história oral, da psicologia e do método indiciário, valores e percepções do campo de subjetivação do jornalista também permaneceram inerentes na investigação: pautas, entrevistas, escolha das fontes, interpretação estruturada, ética etc. Foi descartada a limitação da impossibilidade plena de objetividade no fazer jornalístico e potencializado esse *status* como um sinal da eficácia vigorosa da subjetividade inerente do homem diante da objetividade.

1. Uma Juazeiro tipicamente brasileira

Cidade secular com 6.390 km², Juazeiro, situada na região do Vale do São Francisco, atravessa seus 131 anos de emancipação política. Rota estratégica no trajeto para o interior norte do Brasil, a cidade faz divisa com Petrolina, cidade Pernambucana. Numa mistura de paisagens urbanas e rurais, encanta turistas e atrai o agronegócio, que a cada ano apresenta novidades e renova culturas em torno do manejo irrigado. Arelado a esse cenário industrial e com a instalação de diversas Faculdades na região, um grande



número de pessoas migraram para o Vale do São Francisco e hoje a cidade, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), soma uma população de aproximadamente 243.896 habitantes e, em 2009, contou com um Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no valor de R\$ 70.386.462,87. Na educação da cidade, o censo 2008 do IBGE (2009) divulgou que o ensino fundamental recebeu 38.892 matrículas e o ensino médio 11.154.

A cidade juazeirense sofre uma urbanização dispersa, isto é, novos bairros surgem longe do centro da cidade e se espalham em diferentes formas. Tal configuração enquadra desde condomínios de luxo até favelas próximas de estradas, porque hoje, ricos e pobres ocupam irregularmente. Essa dispersão já vem demonstrando conseqüências, principalmente nas áreas desprovidas de planejamento urbanístico: distribuição desordenada do solo, saneamento precário, vias intransitáveis, alagamentos, proliferação de insetos, má qualidade dos serviços de água e energia elétrica etc. Isso tudo acaba gerando bolsões de miséria dentro de uma legislação obsoleta que parece não se importar tanto com o problema urbano.

Dados do Conselho Tutelar do Município apontam que mais de 70% dos casos atendidos, estão relacionados com a presença de jovens em locais considerados impróprios para a faixa etária, na grande maioria, festas de largo. Na orla da cidade de Juazeiro, local com grande concentração de bares e festejos desordenados em via pública, é comum a presença de crianças e adolescentes circulando em meio às situações que colocam a integridade, tanto física como psíquica e intelectual, do jovem em risco. Este estudo testemunhou uma juventude que trabalha, mendiga, se droga e sofre diversos tipos de violência física e mental.

Em se tratando de política de atenção para jovens em situação de conflito com a lei, a concretização de uma rede de serviços concentrada exclusivamente para esse público, tais como casas munidas de aparato técnico para o cumprimento de medidas, seja em regime de internação, semi-liberdade, liberdade assistida etc, ainda é um ambiente, se não tão distante, insuficiente no município de Juazeiro. Além disso, um emaranhado de informações incompatíveis configura um cenário desorganizado e com níveis baixos de comunicação que permita a equiparação com outros modelos já instalados no Brasil.

Atrelada a toda essa dificuldade de organização, surgem os diversos argumentos da inviabilização para a implantação de mecanismos culturais que envolvam a população carente, entre eles: falta de estrutura física, de segurança, de



salubridade, de transporte, de aceitação e outros discursos incabíveis e desprovidos de capacidade crítica voltada para o desenvolvimento da cidade, como forma de emancipação e construção humana. Assim, pelos caminhos sinuosos de Juazeiro, a subjetividade social se apresenta confusa e ao mesmo tempo difusa entre preconceitos e estigmas característicos de uma sociedade massificada.

2. A construção de uma subjetividade oprimida

A subjetividade se configura como um tema polêmico, principalmente, dentro dos campos de estudo da Filosofia, da Religião e da Ciência. Em suas abordagens conceituais, na Filosofia e na Religião, o subjetivo estava posto como algo regido por forças intocáveis, fora do controle e para além do indivíduo. Já na Ciência, a subjetividade se apresentou como algo capaz de sofrer um domínio regulador dentro de uma determinada ordem, instituída pelo projeto da modernidade (MORIN, 1996). Este estudo seguiu à luz de que a conceituação da subjetividade ainda requer uma articulação entre a idéia de indivíduo, cultura e sociedade, uma vez que a constituição do pensar passa pela interferência das relações sociais e culturais, mediadas por instrumentos dessa cadeia, como a linguagem.

Nesse enlace, as crianças e adolescentes das baixas camadas sociais, na verdade, são muito mais vítimas potenciais da violência do que autores propriamente. Observou-se que os jovens juazeirenses, em linhas gerais, estão a todo tempo expostos a discriminação, desprovidos de proteção, de equipamentos de lazer, esporte, cultura, desamparados pelos direitos humanos e constantemente são alvos das forças coercitivas que os reprimem sem critério e distinção. Verificou-se, por conseguinte, que dificilmente os jovens de camadas sociais mais carentes conseguem garantir o básico para uma condição satisfatória de vida. Dessa forma, o conflito subjetivo se configura ainda mais perigoso quando esse ciclo surge como uma perpetuação da condição de sobrevivência. Giddens (2002) explica que

(...) a falta de sentido pessoal – a sensação de que a vida não tem nada a oferecer – torna-se um problema psíquico fundamental na modernidade tardia. Devemos entender esse fenômeno em termos de uma repressão de questões morais que a vida cotidiana coloca, mas às quais nega respostas. Isolamento existencial não é tanto uma separação do indivíduo dos outros, mas uma separação dos recursos morais necessários para viver uma existência plena e satisfatória (p. 16).



Nessa perspectiva, o jovem, ao perceber que não consegue emergir das condições de carências advindas do berço, potencializa oposições ao conjunto de regras a que está sujeito. Como resultado, se insere em campos de escape e acaba encontrando no mundo criminal e nas drogas um espaço de pertencimento que lhe dá as condições de consumo, de poder e o reconhecimento negado pela sociedade em que vive. Cativo no mundo do crime, apesar de “uma determinada condição de consumo”, as condições de vulnerabilidade do jovem se ampliam, considerando que ele se lança em uma espécie de espiral de exclusão dos condicionamentos sociais. Passa a se construir, então, outras potencialidades de estigmas, que interferem na capacidade de subjetivação do indivíduo.

No cumprimento da medida, por exemplo, o comportamento do interno é característico e revela toda uma cultura derivada de um ambiente o qual vivia. Um estilo de vida e todo um conjunto de atividades toleradas, sem maiores repressões até o instante do cumprimento de sua medida. Por mais adaptada que seja a mentalidade do recém interno dentro do seu antigo universo de organização pessoal, ainda que um mundo rude, árduo e desprovido de sentimentalismos – que também significa um modo de estabilidade e defesa para uma sobrevivência – ao ser admitido na instituição, esse jovem sofre um conflito comportamental e passa a recriar novas formas de defesa para o combate de suas dúvidas, fracassos, dores e decepções (GOFFMAN, 1999).

3. A doutrina para uma pseudo resistência

Na sociedade capitalista, que não consegue oferecer segurança para uma inclusão social, onde os meios de transmissão de massa deliberam que o envolvimento do receptor na construção da cultura vai até onde não se interfere no lucro, tudo passa a ser ressignificado. Dentro de um turbilhão de revolta e insatisfação social, apoiadas nas diversas influências culturais ineficientes e desprovidas de abordagens críticas, às múltiplas tradições pulverizadas e à ampla extensão e desenvolvimento dos meios de transmissão que pregam cada vez mais o inalcançável, a juventude se reafirma como uma fase de incertezas sobre o futuro. Assim, surgem dispositivos de ação coercitiva como mecanismos necessários para se manter a chamada ordem social.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), todo o sistema jurídico voltado para a juventude passa a ser regido com caráter protetor. Buscando o



distanciamento pleno do rigor da pena criminal, o ECA aplica sobre o jovem, quando se faz necessário, medidas de tratamento especial, considerando a condição de indivíduo em desenvolvimento. Um dos direitos fundamentais, específicos, é o da inimputabilidade penal, isto é, aos jovens não se pode atribuir responsabilidade frente à legislação penal comum, mas somente com base nas normas do estatuto, o qual respondem pelas infrações que praticarem, submetendo-se às medidas socioeducativas.

Curiosamente, observou-se nesse estágio de “ressocialização” a disponibilização ampla de equipamentos, que, na verdade, já deveriam estar disponíveis de maneira mais eficaz, anteriormente ao ato infracional, na vida do jovem em situação de conflito com a lei. Ressalta-se assim, a construção normativa que o Estado encontrou para amenizar determinadas lacunas do universo da desigualdade social. Enquanto isso, ações bárbaras e atitudes no mínimo covardes são desencadeadas todos os dias em cada canto do país. A fome, o abuso e a exploração sexual, o extermínio, os maus tratos, a exploração da mão-de-obra infantil, o desaparecimento, as prisões arbitrárias e o tráfico de jovens, entre tantas outras infrações, se repetem dia após dia e delimita, de forma incisiva, o panorama municipal e nacional de um problema grave e com um modo de amparo insipiente, rodeado de leis que não se consolidam na prática.

Nessa ecologia contraditória, disseminando estigmas e transmitindo preconceitos, ao que parece, os *medias* funcionam como o mecanismo formador de uma opinião pública homogênea, fazendo com que nem mesmo a parcela que tradicionalmente se preocupa com os direitos da infância e da adolescência se mobilize. No lugar da sensação de preocupação e acolhimento, é gerado um ambiente fomentador do sentimento de punição. Nessa perspectiva, reconhecer naquele que viola leis um indivíduo com direitos, isto é, um cidadão, se torna um exercício abstruso e desconexo dos parâmetros de uma organização política/social que se denomina democrática e atenta a idealização de equipamentos vinculados às estruturas funcionais da nação.

4. A política de atenção aos jovens na cidade de Juazeiro

Até janeiro de 2010, o aparato técnico social voltado para jovens na cidade, era composto por serviços mantidos pela administração pública do município, junto ao Governo Estadual e Federal. Os serviços se reuniam dentro de uma rede da Secretaria de Assistência Social, formando um aparelho conjunto denominado Proteção Social



Básica e Especial. Assentam-se nesse sistema o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – antes denominado de Programa Sentinela; o Conselho Tutelar; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Organizações não governamentais também desenvolviam trabalhos dentro do município, entre elas, o Núcleo de Arte Educação Nego D'água (NAENDA) e o Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental (IDESAB).

Na produção cultural, observou-se que era mais fácil montar mega estruturas para o abrigo de festas com “super bandas” do que promover atividades socioeducativas para o desenvolvimento da comunidade. E aqui, não se trata apenas dos agenciamentos da iniciativa pública, mas privada também. Infelizmente, os melhores equipamentos de som, os bem estruturados palcos, os patrocínios, as grandes verbas e financiamentos, se restringem ao universo dos *shows* que, no mínimo, incentivam a violência, estimula o consumo desenfreado das drogas, pregam a espetacularização do erótico e do massivo. Foi a partir de todo esse cenário que esta pesquisa se deparou com três jovens vitimados e propensos a sérias reincidências de conflitos.

5. Juventude, subjetividade e conflito com a lei⁶

Os vínculos estabelecidos com Joaquim, Tarcísio e Ramon⁷ serviram para ampliar este estudo investigativo sobre a influência dos *medias* e a ausência de um aparato cultura eficiente na construção do jovem infrator. Nas entrevistas, a abertura da investigação não iniciava questionando, indagando, mas solicitando uma breve explanação daquelas vidas que se apurava. De imediato, o que se tinha era um silêncio introspectivo, seguido de um balanço de cabeça e quase sempre replicado com outra pergunta, do tipo: “Sobre minha história aqui?”

Percebeu-se que a ocorrência desse tipo de interrogação esboçava nas suas entrelinhas um vínculo análogo a condição de indivíduo infrator. O “aqui” na fala do jovem, referindo-se ao lugar físico que estava no momento da entrevista, no CREAS,

⁶ Capítulo baseado no trabalho de pesquisa de campo. As informações fazem referência às entrevistas realizadas com três adolescentes em situação de conflito com a lei.

⁷ Jovens amparados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Para preservar a identidade dos adolescentes e mantê-las em sigilo, esta pesquisa decidiu utilizar nomes fictícios, assim como suprimir algumas informações, no desenvolvimento do texto.



denotava para o adolescente uma instituição de punição. Logo, o conhecimento do que tinha como “minha história” era todo canalizado para um momento de fratura do tempo, no qual esse jovem ganhava visibilidade: o crime. Entendeu-se que nos três casos, o sentido da vida é reconhecido a partir do momento que os olhos de suas famílias, amigos, vizinhos e autoridades, se voltam para eles, ainda que isso ocorra em situações de conflito e mal-estar social.

Rapaz... Da minha história. Minha história é muito... Muito triste e muito... E meio infeliz. Porque o meu instinto sempre foi, por incrível que pareça, meu instinto sempre foi muito... Puxou sempre para o lado errado, nunca quis saber de estudar, fui, com certeza, um vacilão da vida. (Tarcisio)

Os depoimentos interagiam intrinsecamente com o bairro onde residiam esses jovens, assim como todo um conjunto de fatores de criminalidade que se aportava no lugar e fazia a vivência diária desses adolescentes uma força propulsora para um caminho de conflitos. Giddens (2002) explica que “(...) a reflexividade do eu, em conjunto com a influência dos sistemas abstratos, afeta de modo difuso o corpo e os processos psíquicos” (p. 15). A explicação de Giddens (2002) ratifica o entendimento de como a indisponibilidade de elementos culturais junto à falta de encantamento para novas aberturas sociais quebra as medidas de esforços para a melhora de uma qualidade de vida e induz os jovens juazeirenses a escolhas menos árduas, capazes de lhe proporcionar prazeres mais rapidamente. Aparatos como a escola, o esporte, as atividades lúdicas, perdem a maneira atrativa de conquista desse público. Nas falas dos garotos, foi possível perceber o nível de interesse pelas atividades de conhecimento, os quais fixavam-se naquelas que exigiam menos da capacidade de metabolismo subjetivo.

A exposição dos jovens aos bens de consumo que eram impossibilitados de adquirir influenciava suas atitudes e comportamentos frente aos limites impostos pela sociedade. Nas entrevistas, a pesquisa provocou testemunhos que estão diretamente relacionados com a infração e que conecta, ainda mais, os termos carência e consumo.

Antigamente eu via assim, as coisas assim é... Tenho vontade de ter isso pra mim. Aí às vezes corria atrás, mas não dava certo. E às vezes corria e dava. Porque oxe! A vida é um desafio. Muitas vezes eu saía... Roubava alguma coisa e conseguia o que eu queria, que eu via ali na televisão e pensava, oxe quero isso aí pra mim. Muitas vezes eu tinha, muitas vezes eu não tinha. Uma vontade inexplicável que aparece do nada, do nada quer arrastar o cara, quer afundar o cara cada vez mais. A carne é fraca. Isso aí é coisa da vida. (Joaquim)



É desse modo que constrangimentos e frustrações se materializam em formas de sobrevivência voltadas para a supressão das carências. O desejo pela sandália, o tênis, o celular, a camisa era explicado pelos jovens, muitas vezes, como um imperativo de aquisição da visibilidade mantida pelo *status* material. De fato, a publicidade tem desempenhado conceitos de consumo que negligenciam a capacidade psíquica de vidas em estado de formação.

Outro fato a se destacar é que, por diversas vezes, os três jovens afirmaram que o trabalho dificilmente corresponderia às expectativas quanto ao modo de vida sonhado, face ao misero “trocado” que conseguiam. A ascensão social através de um ofício foi observada nas falas como algo impossível de ser realizado. A memória de familiares trabalhadores e honestos se expressava como sinônimo do fracasso. Notou-se que, com poucas oportunidades, o adolescente ver os dias passando, portas se fechando e entes queridos partindo. Refletindo sobre alguns desses comportamentos dos indivíduos no ambiente social, Giddens (2002) adverte para o fato da modernidade produzir diferença, exclusão e marginalização e alerta que não se pode esquecer como, afastando a possibilidade da emancipação, “(...) as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização, do eu” (p. 13). Conseqüentemente, a vulnerabilidade e o desespero pela inserção social se intensificam, provocam atitudes extremas, comportamentos de escape e percebe-se o quanto os jovens são susceptíveis aos apelos pela aquisição de bens de consumo. O estudo se refere aqui a uma vulnerabilidade inflexível, erguida sobre os pilares da falta de estrutura socioeconômica, indisposição de aparatos culturais eficientes e influência de um *media* fomentador de valores fúteis, meramente consumistas e extremamente irresponsáveis no modo como lidam com a juventude.

Considerações finais

Esta pesquisa se iniciou a partir de um pensamento que se entrelaçava com a busca pela compreensão da relação existente entre jovens, violência, consumo cultural e os *medias*. Nos três casos acompanhados, adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas na unidade do CREAS em Juazeiro, a situação de vulnerabilidade social se apresentava como um dos principais indícios na formação de uma personalidade infratora. Todavia, foi desconsiderada a ideia de associação entre criminalidade e



pobreza. Entendeu-se que as classes menos favorecidas não são, por excelência, causadoras dos crimes cometidos, mas vítimas potenciais da violência.

Vivenciando essa ecologia multiforme, Joaquim, Tarcisio e Ramon relataram sobre as suas vidas, assinalando mais do que as infrações cometidas: problemas que os encaminharam para a prática da subversão que estão extremamente vinculados às formas de carência cultural, potencializadas por modelos de parâmetros sociais fabricados pelos *medias*, a que são submetidos juntamente com o círculo de relacionamento que mantêm. Foi identificada mentalidades com profundas dificuldades de resistência frente às interferências da sociedade de consumo, assim como o vislumbre da pessimista perspectiva de capacidade do progresso das próprias vidas, no sentido de desânimo ou permanência no mundo do crime, como se o futuro estivesse fadado à ineficiência do ser.

Além de tudo isso, instituições que poderiam estar atuando como equipamentos de estímulos para determinados comportamentos, tais como postos de saúde, escolas, associações, cine clubes, desportos, se localizam igualmente distantes ou se colocam apartada das discussões e, sem surpresas, atuando em prol do reforço da exclusão. A pesquisa defende que o uso dos aparatos como objetos de reparação não alcançam a plena eficiência de emancipação dos estados de miserabilidade, até porque não se configuram programas que necessitam de uma infração para serem implantados, mas que devem estar dispostos e implementados para o alcance de todos independentemente das necessidades advindas ou causas torrenciais. Não por acaso, o comportamento de conflito com a lei, apresentado pelos jovens acompanhados, se referenciavam com os sinônimos de invisibilidade conectados com fatores consequentes, tais como: deslumbramento ao acesso rápido aos bens de consumo e uso de substâncias psicoativas.

Após os estudos desempenhados, a indagação da investigação quanto à influência do consumo dos *medias* junto a uma carência de aparato cultural eficiente na situação de infração dos jovens se responde e se torna evidente. Ambas as forças potencializam, negativamente, a construção da subjetividade juvenil, no sentido de manipular os adolescentes no encaminhamento e execução de papéis desvinculados dos sentimentos de relações humanas, entre os quais, cooperação, respeito, paz e amor ao próximo. Trazer à tona toda essa problemática significa encarar a complexidade de uma cadeia que precisa ser interrompida e entendida como um conjunto de sistemas interligados, descartando aplanamentos.



Não obstante, estilizar e banalizar se apresentam como as palavras mágicas para simplificar o outro e neutralizar a capacidade de surgir questionamentos. Exclui-se toda carga de complexidade dos problemas individuais e coletivos, tornando-os assimiláveis sem a necessidade de maiores deciframentos. E essa influência agressiva parte desde os telejornais, onde com frequência ocorre um tipo de construção de princípios maniqueístas, vinculados a estigmas exclusivos; passa pelo consumo de músicas agregada as repetições de signos “chulos”, de banalização da sexualidade, de consumo de drogas, de discriminação étnica, de homofobia, entre essas, expressões como: “beber cair levantar”, “vou te comer, vou te comer”, “empurra, empurra”, “todo enfiado”, “senta levanta”, “rachada no chão”; até a falta de opção a que são submetidos.

Uma comunicação social eficiente deve edificar-se como espaço crucial de reconhecimento do próximo. Isso implica ir de encontro às tendências das políticas neoliberais e mercantilistas que sempre dão provas de atuações desastrosas, rompendo laços de gerações, desmoralizando os serviços básicos, como o acesso a terra, a educação e a saúde, e encaminhando para a desesperança as maiorias, enquanto que a minoria impõe os julgamentos carregados de preconceitos fúteis e se acomoda atrás dos altos muros, rodeados de câmeras, verbalizando com escárnio as formas de exploração e as lutas de coletivos.

O Estado não deve se aportar apenas no universo das medidas de reparação dos infratores. É óbvio e evidente que as medidas socioeducativas, seja de internação ou liberdade assistida, impostas aos jovens em situação de conflito com a lei, não possibilita, plenamente, espaços para eles encontrarem novas formas de resistência e, principalmente, assimilarem a consciência de estado de inclusão. A opressão nos mais diversos patamares sociais, uma vez subjetivada em mentalidades fragmentadas, gera engrenagens e mecanismos de defesa construídos sobre pilares de fatores estressantes, o que dificilmente volta a oportunizar novos rumos para esses vitimados adolescentes. Além da necessária reflexão dos juizados com vistas à revisão permanente das formas de execuções penais, a implementação dos equipamentos voltados para a democratização cultural, liberdade de acessibilidade às engrenagens básicas que envolvem a cidadania plena e os direitos humanos devem se antecipar aos eixos de repressão.

Ao final desta pesquisa, refletimos que triste não é saber que existe um sistema com falhas, mas ter a certeza de que está tudo acontecendo como planejado e que as carências fazem parte do círculo de interesses e da balança do Estado. No mais,



evidencia-se que os reprimidos são o “contrapeso” necessário para a manutenção da cadeia capitalista. Fato vergonhoso. Infelizmente, cada vez mais, distancia-se, sobretudo, de aproximar-se dos jovens, os filhos abastardos submetidos aos níveis de vulnerabilidade.

Referências

ADORNO & HORKHEIMER. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARBERO, Jesús Martín. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 57-86.

BERLO, D. K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. J. A. Fontes (Trad.). São Paulo: Martins, 1997.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Subchefia para assuntos jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 22 out. 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Plínio Dentzien (Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Dante Moreira (Trad.). 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos & Pesquisas. **Informação Demográfica e Socioeconômica**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 17 dez. 2009.

LINN, Susan. **Crianças do Consumo: a infância roubada**. Cristina Tognelli (Trad.). São Paulo: Instituto Alana, 2006.

MORIN, Edgar. Uma mundialização plural. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 349-366.

_____. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes médicas, 1996.